

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.823 - RS (2019/0229054-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BUCHAIN SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS BUCHAIN - RS022624
DIOVANA AMORIM LORENZATTO - RS0071293
AGRAVADO : LAURA UBATUBA STURM
ADVOGADOS : SÉRGIO FELÍCIO QUEIROZ - RS045764
RENATA QUINTANA QUEIROZ - RS061991

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.403):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I. Preliminar de extinção do processo afastada, consoante acórdão proferido em sessão ampliada.

II. As provas carreadas aos autos não corroboram as alegações da parte autora/embargada no sentido de que obteve benefício econômico em demanda patrocinada em favor da parte ré/embargante.

III. E se os honorários advocatícios dizem respeito ao êxito (proveito econômico) obtido na lide, não há razão para que a demandada/embargante seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios contratuais.

IV. Sucumbência redimensionada.

DERAM PROVIMENTO AO RECURSO DA PARTE RÉ/EMBARGANTE, RESTANDO PREJUDICADO O RECURSO DA PARTE AUTORA/EMBARGADA.

UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, esses foram desacolhidos (e-STJ, fl. 1.432).

Nas razões do recurso especial, alega o ora agravante violação do art. 942 do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta que "a nulidade do acórdão recorrido se dá em virtude da não utilização da técnica de ampliação do colegiado prevista no art. 942, *caput*, do CPC/2015 para todo o julgamento, ou seja, a ampliação do colegiado foi empregado apenas para o

Superior Tribunal de Justiça

julgamento da divergência havida quanto a preliminar de carência de ação" (e-STJ, fls. 1.446-1.447).

Aduz que o julgamento da ação se estendeu por cinco sessões de julgamento e a técnica de ampliação do colegiado deveria ter sido respeitada em toda a sua extensão, inclusive com relação ao mérito, julgado na quinta sessão de julgamento, composta de apenas três desembargadores.

Requer, outrossim, o reconhecimento da nulidade do acórdão recorrido.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.497-1.498 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 1.500-1.503 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 1.519-1.521 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem entendeu pelo acolhimento dos embargos à monitória e julgou improcedente a ação monitória, na qual pretendia o recorrente constituir título executivo com base em contrato de honorários firmado com a recorrida, sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 1.406-1.408):

(...) ao que se percebe, muito embora a parte autora tenha apresentado o valor tido como devido à fl. 29, para a averiguação de tal desiderato, é necessária ampla dilação probatória, tanto é assim, que ao sentenciar o feito, e apontar o valor efetivamente devido pela ré ao autor, o julgador utilizou de outros valores pagos por aquela nos autos do feito executivo nº 1.05.0196349-2 e em ação de consignação em pagamento.

Logo, não estando a inicial acompanhada de documento que demonstre indubitavelmente o valor devido, e havendo, repito, a necessidade de produção de provas, demonstra-se inviável a adoção da via monitória.

(...)

Além disso, em razão da parte autora ter apontado na

Superior Tribunal de Justiça

exordial o valor que entendia como devido pela ré - demonstrando, assim, a liquidez, certeza e exigibilidade do contrato de honorários advocatícios, da mesma forma se mostra descabido o ajuizamento da demanda monitória, eis que cabível, à espécie, o ajuizamento da demanda executiva, mormente ante o fato de que a assinatura de duas testemunhas se mostra despicienda (...).

No tocante à apontada ofensa ao art. 942 do Código de Processo Civil de 2015, verifico que não foi objeto de exame pela instância ordinária, muito menos houve a oposição de embargos de declaração na origem a fim de suprir eventual omissão sobre esse aspecto, o que torna inviável sua análise, por ausência do requisito indispensável do prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

Incidem, na hipótese, os óbices das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) -
AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO
MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. Em relação ao artigo 396 do Código Civil, incidem os enunciados das Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal, ante a ausência de prequestionamento, porquanto a matéria contida em tal dispositivo não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

2. A despeito de o insurgente afirmar não ter manejado o reclamo com base na alínea "c" do permissivo constitucional, em uma simples leitura da folha de apresentação do recurso especial depreende-se que o apelo foi interposto com fundamento "nas alíneas 'a' e 'c' do inciso III do artigo 105 da Constituição da República". Assim, não tendo a parte logrado comprovar o referido dissenso jurisprudencial, adequada a monocrática que não conheceu do recurso no ponto.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.112.475/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 19.10.2017, DJe 25.10.2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

